

RIBAMAR OLIVEIRA

email: ribamaroliveira@estado.com.br



Lula agravou o 'erro estratégico'

A crise do gás boliviano serviu para mostrar a que ponto chegou a falta de planejamento estratégico no Brasil. Na semana passada, o presidente Lula chamou a atenção para o que considerou um "erro estratégico" do governo anterior, ao estimular o uso do gás natural pelas indústrias do País e pelos proprietários de veículos, tendo apenas uma fonte de oferta do produto. E, o pior, uma fonte estrangeira, submersa em turbulências políticas centenárias. É realmente difícil de acreditar que um parque industrial tenha sido montado no País com base nesse combustível, sem que o governo tenha definido alternativas para enfrentar uma eventual supressão do fornecimento do gás da Bolívia ou aumentos exagerados dos preços.

Mas Lula contou apenas uma parte do "erro". Esqueceu-se de dizer, por exemplo, que o seu governo congelou o preço do gás natural pago pelos consumidores brasileiros, de janeiro de 2003 a setembro de 2005, como forma de estimular o uso deste combustível. Durante esse período, o preço do gás boliviano pago pela Petrobras continuou subindo, mas a empresa estatal foi obrigada a absorver os sucessivos reajustes de preços. "A Petrobras abraçou o prejuízo", observou Adriano Pires, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE). O contrato da Petrobras com o governo da Bolívia prevê a elevação de preços do gás a cada três meses, de acordo com os preços internacionais de uma cesta de óleos e da variação do custo de transporte nos Estados Unidos, segundo explicou Adriano Pires.

Ou seja, o "erro estratégico" do governo Fernando Henrique Cardoso foi potencializado pela decisão do governo Lula de estimular o consumo de forma artificial. Durante o congelamento, o consumo desse combustível cresceu 15% ao ano. "O governo errou por ter feito uma política de preço artificial, por não ter intensificado a produção nacional de gás natural e por não ter diversificado as importações do produto, concentrando as compras na Bolívia", resumiu Adriano Pires. Segundo ele, 97% do gás importado pelo Brasil vêm da Bolívia e apenas 3% da Argentina. "A culpa pela crise do gás é do próprio Brasil", sintetizou.

Governo usou congelamento de preços para estimular o consumo de gás natural da Bolívia

O presidente Lula já anunciou, na última sexta-feira, que mesmo que o preço do gás boliviano suba, a Petrobras não vai repassar o reajuste para os consumidores finais. Ou seja, a estatal vai continuar "abraçando o prejuízo", como observou Adriano Pires. É interessante verificar, na contabilidade da Petrobras, qual foi o custo para a empresa da política de congelamento e qual será o custo de não repassar um novo aumento do gás boliviano. Talvez o Tribunal de Contas da União (TCU) possa fazer essa investigação. É bom lembrar que o controle da empresa é público, ou seja, dos contribuinte brasileiros.

A crise do gás terá um impacto considerável sobre a Petrobras. Da noite para o dia, a empresa brasileira viu a receita de suas operações na Bolívia ser reduzida de 50% para apenas 18%. O governo boliviano anunciou que ficará com 82% do total da receita obtida pela estatal. Para manter a rentabilidade anterior ao decreto do presidente Evo Morales, a Petrobras teria que elevar os preços cobrados dos consumidores brasileiros em 2,8 vezes.

Como não terá condições de fazer um aumento nessas proporções, a empresa reduzirá sua margem de rentabilidade. Mas essa margem não poderá ser negativa por muito tempo, ou seja, a Petrobras não pode trabalhar na Bolívia com prejuízo permanente. Como ela já teve os seus ativos confiscados - o termo exato é este, embora o governo boliviano não queira utilizá-lo - a rentabilidade negativa agravará a situação.

A dificuldade da Petrobras independe, portanto, do aumento de preço do gás boliviano, a ser definido nos próximos dias. O reajuste de preços apenas criará um problema adicional para a empresa, pois o presidente Lula já disse que ele não poderá ser repassado ao consumidor brasileiro. O gás boliviano mais caro reduzirá o espaço da Petrobras para melhorar a rentabilidade de suas operações naquele país.

O especialista Adriano Pires está convencido de que a Petrobras repassará, depois das eleições, o novo preço cobrado pelo governo boliviano pelo seu gás. Parece razoável que isso aconteça, pois é difícil acreditar que a empresa estatal possa trabalhar, em suas operações na Bolívia, com rentabilidade negativa indefinidamente. Em algum momento, a realidade de mercado terá que prevalecer. Por isso, é muito provável que os empresários mais previdentes busquem alternativas ao gás natural, antes que o repasse de preços aconteça.

O efeito da crise do gás sobre os consumidores brasileiros dependerá do aumento que será repassado no futuro. Mas é evidente que só a perspectiva dessa elevação já terá repercussões sobre a indústria e sobre os proprietários de veículos movidos a gás. Na opinião do coordenador da Unidade de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, os empresários que pretendiam ampliar o uso do gás natural certamente pensarão duas vezes. Outros tentarão reverter o sistema produtivo de suas indústrias para outro combustível.

A conversão dos equipamentos para outro tipo de combustível parece ser a alternativa mais provável da indústria. Um estudo feito pelos pesquisadores José Israel Vargas e Carlos Feu Alvim, em setembro de 2005, antes, portanto, do decreto de Evo Morales, concluiu que a possibilidade de aumentar rapidamente a oferta interna de gás é reduzida. Segundo o estudo, intitulado "O gás natural na Bolívia: Riscos e Oportunidades", não existe também infra-estrutura adequada ao armazenamento de gás ou à importação de gás natural líquido. "A margem de manobra para aumento da oferta é limitada, mas certamente existe. Em uma aproximação grosseira não se deve esperar um acréscimo superior a 1 bilhão de metros cúbicos/ano", dizem.

Vargas e Alvim analisaram as alternativas para uma eventual suspensão do fornecimento de gás pela Bolívia. Neste caso, eles lembram que existe um grande potencial de substituição nas refinarias e que o setor de transporte, que absorve cerca de 1,5 bilhão de metros cúbicos por ano, poderia voltar a funcionar com o combustível tradicional. Uma redução também temporária na produção de energia a partir do gás seria outra opção. Vargas e Alvim insistem que o gás boliviano, a preços razoáveis, ainda é a melhor solução para o Brasil, embora eles alertem que é sempre bom contar com opções à importação. ●

Opinião

Lula e o barão de Munchausen



Marcelo de Paiva Abreu*

Clássicos infantis podem ser lidos com grande proveito por adultos. Nos tempos atuais, os que contêm lições mais pertinentes são os que tratam de distorções da realidade. Dois grandes clássicos vêm à mente. *Pinocchio*, de Carlo Collodi, cujas mentiras eram denunciadas pelo nariz que crescia; e *As Loucas aventuras do Barão de Munchausen*, de Rudolph Eric Raspe, que exagerava ao contar histórias militares e acabava cavalcando balas de canhão. Pinocchio mentia, Munchausen exagerava e acabava mentindo. O senador Aloizio Mercadante acaba de publicar um livro, *Brasil: Primeiro tempo - Análise Comparativa do Governo Lula* (Planeta, São Paulo, 2005), que pretende ser um balanço do governo Lula, em contraponto ao de seu predecessor. A obra é magnífico exemplo das distorções a que leva a aplicação inexorável do mote "o bom, eu fiz, o ruim, eu herdei". É o governo Lula relatado à moda do barão de Munchausen.

Os problemas começam na introdução, quando o senador atribui à "sanha acusatória" e à "pauta monocórdica" da oposição o estiolamento do debate "elevado" quanto à confrontação dos dois modelos: o de "inspiração neoliberal", promovido pela aliança PSDB-PFL, e o "progressista", sustentado pelo PT e por seus aliados. Trata-se de tentativa canhestra de driblar a realidade. Beira o ridículo, em meio a tão cataclísmica queda de anjos, pretender debitar a falta de foco no debate sério de modelos alternativos à exploração política que a oposição faz da débacle ética de amplos segmentos da coalizão petista.

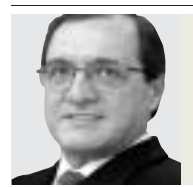
Registre-se, além disso, que,

com base no triênio petista, é difícil separar o modelo "neoliberal" do "progressista", pois foram mantidas muitas das políticas rotuladas de neoliberais. Mantidas a despeito de críticas do senador, que preferia política monetária frouxa - maiores gastos e políticas mais ativas de fomento ao crescimento. De fato, o que se viu foi a vitória política dos Palocis sobre os Mercadantes para que o PT adotasse políticas macroeconômicas responsáveis. O senador pode não ter saído diretamente chamuscado na crise ética do PT, mas saiu bem chamuscado no debate interno sobre a política econômica. Dado este retrospecto, é surpreendente sua desenvoltura na apresentação das conquistas econômicas do governo Lula. Boa parte delas com o Banco Central e o Ministério da Fazenda enfrentando fogo amigo, com o senador na artilharia que colimava a política macroeconômica. Quanto às demais realizações do governo Lula, o senador demonstra ter imaginação fértil quanto ao desempenho do governo e singular miopia quanto ao governo anterior. Avaliação menos parcial teria pouco a listar entre as realizações, com a possível exceção de alguns dos programas sociais de natureza distributiva.

Mas é em relação à política externa "altiva" que o senador realmente se excede. Em contraste com a política externa de FHC, que teria sido "mediana",



Lula tem de comprar a liderança



Carlos Alberto Sardenberg*

Está claro que o presidente Lula não quer briga com a Bolívia de Evo Morales, assim como não quis briga quando Nestor Kirchner reclamou e levou medidas de proteção à indústria argentina que contrariam as regras do Mercosul e prejudicam exportadores brasileiros. Do mesmo modo, Lula não brigou com Hugo Chávez quando o governo da Venezuela impôs a mudança dos contratos da Petrobras naquele país.

Por que Lula age assim? Diversas declarações de Lula e de seus assessores para diplomacia indicam os motivos. Antes de mais nada, Lula acha que é obrigação do Brasil ajudar e apoiar os parceiros da América do Sul. Essa obrigação decorre, em primeiro lugar, do que se considera a liderança natural do Brasil, por ser, de longe, a maior economia da região.

O produto interno bruto (PIB) brasileiro deve ultrapassar neste ano os US\$ 900 bilhões, valor que traz uma certa artificialidade. O real muito valorizado estufa o PIB em dólares. Mas, mesmo descontando esse fator, a economia brasileira é pelo menos quatro vezes maior do que a argentina, a segunda colocada.

Portanto, o Brasil tem mais capital para investir, mercado para importar e produtos para exportar. E, neste caso, tamanho é documento. O Brasil tem peso dominante na América do Sul. Mas isso vale para qualquer que seja o presidente e para qualquer que seja a sua diplomacia. Ou seja, a par dessa liderança natural, Lula tem uma proposta de política externa para exercer a liderança política.

"ausente", "proletária", no governo Lula tudo mudou. Houve "fortalecimento" e expansão do Mercosul com as assimetrias com a Argentina equacionadas. A posição quanto à Alca teria sido ofensiva, defendendo modelo alternativo ao dos EUA e preservando a capacidade de os Estados promoverem o desenvolvimento. Teria havido grande progresso na integração da América do Sul, com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, e reaproximação com a África e o Oriente Médio. E também a criação e

A diplomacia brasileira está a reboque de Hugo Chávez

consolidação de parcerias estratégicas - China, Rússia, Índia, África do Sul, etc." - , "com grande geração de espaços comerciais e geopolíticos". Sem falar na grande capacidade de articulação no G-20 rumo à "nova geografia comercial mais justa e menos concentrada".

Em contraposição, no mundo real o que se vê? O Mercosul com o Uruguai, em meio à crise das papelarias, em busca de acordo preferencial com os EUA e a Argentina em busca peregrina de salvaguardas. Com a Alca bloqueada pela intransigência ideológica brasileira e pela

avareza dos EUA quanto a concessões relevantes, têm sido celebrados acordos preferenciais dos EUA com as economias latino-americanas, fora o Brasil, Cuba, a Venezuela e a Bolívia. Os embaraços com a Venezuela e a Bolívia sublinham as limitações da Casa. Lula perdeu para Chávez a disputa pelo protagonismo na América Latina e o Brasil está a reboque da Venezuela. Os acordos comerciais com a Índia e a África do Sul são irrelevantes. O encanto inicial com a China virou desgosto, quando se descobriu a ameaça das exportações chinesas e o entusiasmo nulo de Beijing com o projeto de reforma da ONU, que levaria o Brasil ao Conselho de Segurança. O G-20 é bom, mas a Rodada Doha está encailhada. Longe de ser "ator internacional de primeira linha", o Brasil tem política externa de gigante bobo.

O livro sinaliza o futuro. O título sugere certeza de vitória na eleição de outubro, previsão ouvida quando o livro foi escrito, mas hoje razoável. Sim, é provável que tenhamos um segundo tempo de Lula. O problema é: de que Lula? O do primeiro tempo? Dadas as pesquisas quanto às eleições para governador de São Paulo, o senador Mercadante, no segundo tempo, deve preferir a órbita federal, provavelmente no Ministério da Fazenda. Será que o senador vai continuar a política macroeconômica do primeiro tempo? Será que o presidente, apesar de convencido de que deve adotar política econômica prudente, se dispõe a continuar o experimento Mantega e ter um ministro da Fazenda, com peso político muito mais significativo, que vai tratar de implementar política macroeconômica em que não acredita, apesar do que escreveu? ●

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

Comércio das Américas (Alca), Lula e seu pessoal achavam que os sul-americanos e, depois, os latino-americanos estreitariam sua associação política e econômica.

Integração passou a ser o objetivo - e é isso que explica, por exemplo, o fascínio do megagaduto que apareceu como projeto do Brasil, da Venezuela e da Argentina e que, agora, Lula quer transformar em projeto de toda a América do Sul. Para os formuladores da diplomacia de Lula, até aqui os sul-americanos estavam de costas, todos olhando para os EUA, subserventes e passivos. Agora, passariam a se integrar e, depois, poderiam acertar-se com os EUA.

Acontece que muitos países aqui da região não gostaram dessa direção. Entenderam que

Difícil dar certo, depois que surgiu o líder de fato da turma anti-EUA

estavam diante da opção integração sul-americana x EUA - e, mercado por mercado, o americano é muito maior. O fato é que diversas países trataram de acertar acordos de livre comércio com os EUA - e o último dessa fila é o Uruguai.

Nesse ambiente, se pretende manter o propósito de liderança, tudo o que Lula não precisa é de mais conflito com os países próximos. Daí a atitude conciliadora, por exemplo, diante da Argentina, o segundo sócio do Mercosul. Um desentendimento entre o Brasil e a Argentina mela o Mercosul, que é, entretanto, a base da diplomacia de Lula.

O governo brasileiro topou as salvaguardas exigidas por Kirchner e, agora, ficou tacitamente no lado da Argentina na disputa com o Uruguai em torno das fábricas de celulose. (Estão sendo construídas na mar-

gem uruguaia do Rio Uruguai e o governo argentino entrou com embargo nas cortes internacionais, alegando que as fábricas poluem o rio comum.) Há informações, na imprensa argentina, de que Lula tentou convencer Kirchner a aceitar uma mediação, mas este não quis nem iniciar essa conversa. E o Uruguai foi entregue. Não é um bom resultado para Lula, mas que fazer? O Uruguai é o menorzinho.

Por isso, também, seria de todo indesejável um conflito com a Bolívia. Já existe muita coisa dando errado na grande comunidade.

Mas há um problema nessa atitude, que apareceu claramente no affaire boliviano. Até que ponto interesses nacionais específicos - como os investimentos da Petrobras na Bolívia ou os negócios perdidos por exportadores brasileiros na Argentina - podem ser prejudicados em nome da pretensão de liderança?

Kirchner, por exemplo, não tem esse problema. Ele só pensa nos interesses imediatos de sua economia e de sua política, mesmo se for preciso detonar o Mercosul.

O ministro Tarso Genro disse na sexta-feira que o Brasil "age como líder, não como tutor". Quer dizer que o País não vai dar lições à Bolívia, nem punir Evo Morales. Mas, de novo: até que ponto podem ser entregues interesses nacionais específicos? A diretoria da Petrobras disse com todas as letras que investimentos na Bolívia, em energia, ao menos, se tornaram antieconômicos. Mas Lula promete investimentos. Ou seja, está comprando a liderança.

Difícil dar certo, sobretudo depois que apareceu Hugo Chávez, o líder de fato da turma anti-EUA. Lula e sua diplomacia ficaram atravessados na História. ●

*Carlos Alberto Sardenberg é jornalista. Homepage: www.sardenberg.com.br